

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

No dia dez de novembro de dois mil e vinte e três, às 9h e 27min., deu-se início a **63ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET)**, na modalidade aberta e transmissão pelo YouTube, com abertura pela coordenadora Sra. Anna Tristão conforme relatado na sequência. A reunião ocorreu no formato presencial na cidade de Belo Horizonte -MG e os participantes estão listados abaixo. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos principais debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados.

Dos participantes membros, registro: Anna Tristão (IEMA-ES); Ana Carolina Ministério (IEPHA-MG); Ana Paula Trindade Gomes (IEPHA-MG); André Luis Ruas (SEMAD-MG); Betinna Almeida de Tassis (S.Turismo-GV); Caíque Lima Vasconcelos (SEE-MG); Edvaldo Ferreira Viana (SECULT-MG); Elzeni Santos Silva (IEMA-ES); Evelyn Klein Esteves de Lima (SEDESE-MG); Gustavo Leite (SETUR-Mariana); Jadilson Lino de Oliveira Gomes (CRQ Degredo); Karina Lopes Moreira (S. Turismo-Rio Doce); Liceliana de Souza Jesus (Comissão de Atingidos de Aracruz-ES); Ludmila Endringer (SEDU-ES); Luiz Filipe Cizilio Freitas (SEMAD-Mariana); Patrícia Bragatto Guimarães (SECULT-ES); Roque Chile (SECELT – Linhares); Thiago Paiva (FLACSO); Vanda Meire Costa Freitas (SME-Belo Oriente); Caroline Braga (FLACSO); Tânia Guimarães – participação remota (FLACSO), Claudia Laureth Faquinote (FLACSO).

Dos participantes convidados, registro: Ana Paula Ricardina M. Oliveira de Oliveira (FR); Eliandra Rosa Fernandes (MST-ES); Eduardo Malini (FR – participação remota); Ester Fiorini (MST-ES); Giani Brito Veronez (FR); Igor Thiago Moreira (FR); Júlia Oyamaguchi Pinheiro de A. Moreira (Colaboradora-MG); Kleyderson Toffalini (ASPERQD); Maria Isabel Antunes (UFMG); Marcelo Loures dos Santos (UFOP); Natália de Oliveira Ferreira (EY); Rodrigo Pontes Ribeiro (FR); Sônia Maria Roseno (MST-ES); Thaís Herdy (FR);

Abertura: A coordenadora Anna Tristão fez uma acolhida dando as boas-vindas aos presentes e uma rodada de apresentações, acolhendo os membros novatos na CT-ECLET.

1. 1. Informes Gerais

Pauta	Discussão
1.1 - Aprovação da Ata da 62ª RO da CT-ECLET.	A coordenadora da CT-ECLET, a sra. Anna, informou que a ata da 62ª RO será apresentada para aprovação na próxima reunião ordinária da CT-ECLET.
1.2 - 64ª RO da CT-ECLET	A sra. Anna informou que a próxima reunião será no dia 05/12/2023, em Vitória, sendo restrita pela manhã e reunião aberta à tarde. Esclareceu que a realização dessa reunião não estava prevista, mas considera que alguns encaminhamentos precisam ser dados ainda neste ano.
1.3 – Alteração de pauta.	A sra. Anna informou sobre a alteração ocorrida na pauta da reunião de hoje, que por solicitação foi retirado o item referente à nota técnica para a paralisação da empresa H&P, e inserido o item “Apresentação da proposta do Programa Popular de Agroecologia na Bacia do Rio Doce – MST”. Esclareceu que não houve tempo para a leitura e análise dos documentos enviados pelo MST, portanto, a câmara técnica irá ouvir a apresentação, mas as considerações e

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

parecer irão ocorrer em outra oportunidade.

2. PG-33 Programa Ambiental para a Revitalização da Bacia do Rio Doce

Pauta	Discussão
2.1- Apresentação da UFMG/UFOP sobre o Projeto de Formação de Educadores;	<p>A sra. Anna fez uma acolhida aos professores da UFMG/UFOP, professora Izabel e professor Marcelo, agradecendo a presença deles para partilhar sobre o trabalho que está sendo realizado do Projeto de Formação de Professores do PG-33.</p> <p>O sr. Igor registrou que a apresentação a ser feita hoje foi solicitada na última reunião da CT-ECLET, a partir dos questionamentos feitos em relação à gestão do Projeto de Formação de Professores pela UFMG/UFOP, sendo um projeto grande e complexo, e registrou sobre a necessidade de registrar os aspectos qualitativos do projeto.</p> <p>O sr. Marcelo fez um agradecimento pelo convite feito à UFMG/UFOP para desenvolver o Projeto de Formação de Professores em Minas Gerais. Fez um breve relato sobre sua formação e experiência profissional, da qual muito se orgulha, e como iniciou um trabalho de pesquisa após o rompimento da barragem de Mariana, e a partir da sua experiência, considerou a possibilidade/necessidade de trabalhar a questão da mineração por meio da educação. Registrou que assistiu à gravação da última RO para poder entender os questionamentos da CT-ECLET e apresentou os princípios que norteiam o trabalho da equipe da UFMG/UFOP. Destacou que o programa Escola do Rio Doce é um convênio entre as partes, definindo uma relação de parceria entre os entes, em que todos eles são responsáveis pelo desenvolvimento do programa, o que foi uma exigência da procuradoria jurídica, sendo este um princípio que baliza toda a forma do trabalho. Informou que são realizadas reuniões semanais para discutir sobre o andamento do programa, tanto os aspectos pedagógicos como também os operacionais e de gestão. Destacou que são construídos instrumentos de registro mensal que monitoram os conteúdos trabalhados e o andamento dos processos de gestão, sendo que o diálogo tem permeado todas as etapas do projeto, e as decisões são tomadas em conjunto, sendo que pela magnitude do programa, cada participante precisa ter flexibilidade para adaptar as demandas. Registrou que em 2021, a CT-ECLET solicitou participar do comitê gestor para acompanhar o andamento do programa, e em abril de 2023 foram apresentados os dados de monitoramento para a Câmara Técnica na reunião ordinária. Registrou que é um desafio e esforço da gestão a comunicação com a rede pública de ensino, e que a partir da experiência foram criados os pontos focais, esclarecendo que essa função não existia no início projeto, mas que foi</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

pensado posteriormente e definida uma bolsa, pois os pontos focais são o elo de ligação com os profissionais nos municípios, e agradeceu a esses profissionais. Reforçou que as críticas e questionamentos são fonte de aperfeiçoamento do trabalho, que vem sendo desenvolvido de forma democrática. Sobre a base de dados, informou que os pontos focais têm acesso aos dados a qualquer momento, sendo uma forma de concretizar o princípio da transparência na gestão e agilizar as respostas aos parceiros. Registrou que são dois modelos de gestão, um para atender ao grande grupo, feito por amostragem, e que na caminhada, foram sendo identificadas situações/problemas e as respostas foram sendo dadas, pois cada situação é um desafio para encontrar respostas. Mencionou os portfólios que estão sendo criados com dados de cada município e sobre a previsão de realização de seminários municipais em março/abril de 2024, para potencializar e fortalecer os cursos. Registrou sobre os desafios para o atendimento ao grande público e sobre a criação de um modelo personalizado para atender às demandas.

A professora Isabel informou que a gestão do projeto é colaborativa e compartilhada, e que os problemas que foram surgindo no decorrer das atividades foram sendo resolvidos com a participação dos envolvidos. Registrou que em dezembro de 2022, cada ponto focal partilhou com a sua prefeitura os dados aqui apresentados. Partilhou sua experiência com curso de formação de professores e registrou que os dados apresentados hoje não são novos, pois já foram apresentados em maio.

A coordenadora Anna esclareceu que a CT-ECLET sabe do valor e da qualidade do trabalho da UFMG/UFOP, mas que é preciso que a câmara técnica acompanhe o trabalho da FR, a quem deve ser questionado quando surgem dúvidas quanto ao desenvolvimento do projeto. Reforçou que a CT-ECLET é parceira das instituições de ensino e se colocou à disposição para cooperar sempre que for preciso. Esclareceu que a relação da Câmara Técnica é de parceria, e que pode ser acionada pela UFMG/UFOP sempre que necessitar de esclarecimentos e/ou tomada de decisão.

A professora Isabel apresentou os gráficos com o número de candidatos inscritos para o curso de Aperfeiçoamento Turma 1, nº de inscrições válidas, número de selecionados, nº de formulários não respondidos, formulários preenchidos/desistência e total de inscritos. Também apresentou os dados sobre o total de contratos, os não concluintes e total de concluintes. Sobre as bolsas, informou que foram 260 inscritos não concluintes, desses 30 não receberam o subsídio, e 230 receberam o subsídio da bolsa de ensino. Desses 230 que não concluíram o curso e receberam o subsídio, 32 devolveram o valor recebido, 76 aderiram ao Regime Especial (retornaram ao curso em novas turmas) e 122 estão

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

em processamento de cobrança. Dos 76 alunos que aderiram ao Regime Especial, 19 professores concluíram e 57 estão em processo de definição de novas turmas. Partilhou que esse projeto tem grandes desafios, mas considera que os resultados alcançados até aqui são muito bons. Partilhou que essas planilhas são atualizadas em tempo real e que podem ser acessadas sempre que necessário. Sobre o pagamento de bolsas para cursistas desistentes, esclareceu que o sistema fazia o pagamento de forma automática, mas como verificaram que os desistentes continuavam recebendo, o sistema deixou de ser automático. Com isso, foram criados os diários online, que controlam e organizam a frequência dos professores, como também as planilhas com as informações dos professores cursistas. Sobre a devolução das bolsas, esclareceu que desde agosto estão sendo construídas as estratégias para que os professores devolvam os valores recebidos, mas que a cultura escolar não tem uma trajetória de devolução de bolsas. Destacou que o propósito é fazer o possível para a inclusão desses professores, para que eles continuem participando das formações. Sobre a Turma 2, o depósito é por demanda, com o aval do ponto focal, pois o pagamento da bolsa está vinculado à entrega da cartografia pelos professores.

O sr. Caíque questionou sobre a responsabilidade dos envolvidos nesse processo, e citou a cláusula 245 do TTAC que define as atribuições dos membros das câmaras técnicas no acompanhamento da execução dos programas. Esclareceu que a CT-ECLET está cobrando a FR, que terceirizou a execução do Projeto de Formação dos professores. Sobre as questões elencadas na última reunião, esclareceu que a evasão é uma realidade em todas as etapas da educação, mas o que está sendo questionado é sobre os professores que abandonaram o curso e continuaram recebendo a bolsa, pois o recurso é reparatório e os valores pagos precisam ser retornados. Sobre as reuniões semanais/quinzenais, o sr. Caíque registrou que os membros são indicados pelos seus órgãos, mas que os mesmos não estão a serviço da FR, e cabe à Fundação mitigar os problemas na execução dos projetos e manter a câmara técnica informada. Destacou enfaticamente que reconhece o valor das instituições contratadas e o trabalho de excelência pedagógica. Manifestou que como técnico e membro titular da CT-ECLET aspira que o trabalho coletivo dos membros da CT seja respeitado. Sobre a base de dados e a transparência, considera importante que a informação seja partilhada, e afirma que a responsabilidade do projeto é da Governança da FR, junto às instituições parceiras. Sobre os pagamentos, registrou que a política de devolução de bolsas exige que os servidores públicos beneficiados com o pagamento de bolsas de pós-graduação, mestrado e doutorado, façam a devolução dos valores recebidos caso interrompam o curso, pois caso não o façam, seus nomes ficarão registrados na dívida ativa da União. Informou que na reunião passada, questionou sobre o fluxo que determina o momento em que o

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

cursista deixou de participar do curso, e como será feito o corte do pagamento de bolsa para os que evadiram. Sobre o mestrado e doutorado, registrou que foi deliberado como projeto de extensão, o que não ficou muito claro para a CT-ECLET, que entende que seriam ofertadas vagas, mas agora se sabe que serão ofertados fomentos para projetos de extensão para professores da rede pública estadual e/ou municipal.

O sr. André se manifestou dizendo que apoia as colocações do sr. Caíque, parabenizou pela apresentação da UFMG/UFOP e agradeceu aos professores pelo trabalho que está sendo realizado. Registrou que sua contribuição é sobre o seu incômodo com os professores que desistiram do curso e não devolveram o dinheiro da bolsa, pois por princípio entende que esta é uma questão não só legal, mas também moral. Registrou que o quantitativo de professores em débito é pequeno se comparado ao total de quase 3.000 professores inscritos, mas o recurso vem de um programa compensatório, cujo valor total é de aproximadamente 141 milhões de orçamento do PG-33, que precisam ser usados. Sugeriu como solução tentar fazer contato com os professores que não devolveram, e glosar os valores correspondentes às 122 bolsas não devolvidas. Concluiu informando que concorda com o sr. Caíque quanto à necessidade da FR esclarecer sobre o fomento para os cursos de mestrado e doutorado.

A sra. Vanda informou que a CT-ECLET, desde o início, questionou essas questões administrativas, sobre quem recebeu e não devolveu. Sugeriu que seja apresentada para toda câmara técnica a planilha de controle, e informou que na planilha não aparecem as bolsas que foram pagas. Ressaltou a competência dos professores e que, na ponta, o trabalho está sendo muito bem-feito.

O sr. Luiz agradeceu a apresentação dos professores e enalteceu a competência dos profissionais das instituições UFMG/UFOP. Reforçou as questões apresentadas pelo sr. Caíque, pois ele apresentou todos os pontos que foram debatidos pela CT na 62ª RO, inclusive sobre as funções dos membros da CT-ECLET. Registrou sobre a abertura e o fechamento de editais de forma intempestiva, se foi por causa da evasão. Sobre a devolução das bolsas, solicitou da FR a mitigação dessa questão e esclareceu que a presença do jurídico foi um pedido da CT, pois é preciso prestar conta desses valores junto ao CIF.

O sr. Jadilson reforçou o reconhecimento de todos os membros da CT ao professor Marcelo e à professora Maria Isabel. Informou que a sua contribuição é em relação às falhas nos editais, especialmente porque é recurso de uma compensação e reparação de um crime ambiental. Reforçou a necessidade de uma cultura ética por parte dos professores que abandonaram o curso, continuaram recebendo a bolsa e não se manifestaram sobre a devolução do dinheiro.

O sr. Kleyderson registrou que, em relação à bolsa, é necessário que seja feita a

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

devolução do dinheiro e, caso isso não esteja previsto no edital, é preciso que seja incluído nas próximas edições. Caso um bolsista seja servidor público, cabe inclusive uma improbidade administrativa, conforme o caso. Nos demais casos, pode ser feita uma cobrança por execução judicial. Registrou que a fomentadora tem a obrigação de fazer essa cobrança aos devedores, a não ser que seja justificado documentalmente pelos professores que abandonaram o curso, por questões de saúde ou de força maior, desde que esteja também previsto em edital.

O sr. Igor sugeriu como encaminhamento que seja revista a definição do que os professores estão recebendo, que não é uma bolsa, pois a FR repassa um subsídio aos professores. Reforçou que a perspectiva da FR e da UFMG/UFOP em relação aos professores é a perspectiva política do máximo da inclusão, pois são sujeitos da compensação, aumentando a garantia do direito. Como existe um entendimento da câmara técnica de que o recurso das bolsas deve ser devolvido, sugeriu como encaminhamento fazer uma visita aos territórios para conversar com esses professores, sugerindo a sua reintegração em novas turmas do curso ou a devolução da bolsa recebida, sendo necessário fazer um controle periódico desses pagamentos e da frequência às aulas. Registrou que o valor das bolsas não devolvidas não chega a R\$150.000,00, sendo irrisório diante do total do orçamento previsto para o projeto.

O sr. Pedro apoiou o depoimento do sr. Caíque e do sr. André, e reconheceu a cultura da não devolução das bolsas, sendo que esta cobrança e controle é uma responsabilização da FR.

A professora Isabel reforçou que não é a intenção da UFMG/UFOP ignorar a questão da não devolução das bolsas, mas o que orienta a decisão é o princípio da inclusão. Sobre o mestrado e o doutorado esclareceu que a proposta partiu da UFMG/UFOP, mas quando o planejamento foi para a Procuradoria, foi informado que não deveriam fazer essa oferta, pois é reserva de vagas, sendo necessário mais tempo para a elaboração de uma nova proposta. Esclareceu que em 2024, vão mobilizar as pessoas que estiverem no mestrado e doutorado nos municípios. Informou que o mestrado profissional está mais aberto, e que já tem um planejamento esboçado. Sobre a natureza desse subsídio pago aos professores, no valor de R\$220,00, entende que deve ser montado um grupo para debater o assunto.

A coordenadora Anna registrou que não há tempo mais para uma busca ativa e para incentivar a inclusão dos professores em novas turmas. Lembrou que precisa se posicionar como gestora, e como encaminhamento solicita à FR que defina com a UFMG/UFOP uma estratégia de como será feita a devolução das bolsas pelos professores que desistiram do curso. Solicitou que os próximos editais contemplem as questões aqui apresentadas, como também a apresentação de uma prestação de contas por parte da FR, UFMG/UFOP, e que

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>não é mais possível tentar inserir os professores que evadiram em novas turmas.</p> <p>Todos os membros se manifestaram de acordo com os encaminhamentos dados.</p>
<p>2.2 -Apresentação da proposta do Programa Popular de Agroecologia na Bacia do Rio Doce - MST</p>	<p>A sra. Sônia Roseno se apresentou e agradeceu à coordenação por ter acatado a solicitação do MST para esta apresentação.</p> <p>A sra. Fátima fez uma breve contextualização sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Centro de Formação Francisca Veras e pelo CEFORMA, nos assentamentos do MST em Minas Gerais e no Espírito Santo. Informou que são 37 assentamentos nos dois estados, com 2.045 famílias assentadas. Registrou que existe uma experiência qualitativa na execução do projeto.</p> <p>A sra. Ester fez uma síntese sobre os eixos em interface do PG- 33 Educação, PG-26 Ambiental, PG-18 e PG-17 Produtivo, sendo a fase 1 já concluída, e apresentou os números dos trabalhos realizados. Esclareceu que os eixos se complementam, e que a demanda apresentada hoje é para a fase 2, que complementa o eixo 1, e que está detalhada no documento apresentado. Informou que a principal demanda é a continuidade do eixo 1, fazendo uma transição em agroecologia nos assentamentos.</p> <p>A sra. Sônia apresentou como será executado o eixo 2 em Minas Gerais, sendo o custo previsto em R\$4 milhões para todo o projeto de Formação de Formadores em Agroecologia: Tecnologia da informação e inclusão digital. E o Projeto Assentamentos, na 2ª etapa em Minas Gerais, com o curso de Formação de Base, reforçando que o principal objetivo é atender aos jovens.</p> <p>A sra. Ester apresentou o projeto Assentamentos, 2ª etapa, no Espírito Santo, com o curso de Formação de Formadores em Agroecologia, também com o valor de R\$4 milhões, e detalhou a carga horária dos cursos. Sobre o projeto Assentamentos, 2ª etapa no Espírito Santo, para o curso de Formação de Base, registrou a necessidade de permanência e continuidade com a 2ª etapa. Apresentou com detalhes como está programado o curso de Formação de Base, na perspectiva de dar continuidade à formação. Ressaltou a expectativa para manter o projeto de formação e trabalho de base por mais 36 meses.</p> <p>Todo o detalhamento da apresentação estará disponível nos arquivos do PG-33.</p> <p>O sr. André parabenizou a equipe pela apresentação e fez uma breve contextualização informando que o PG-33 tem três projetos e um processo de Interface, sendo que este último tem um orçamento próprio e visa identificar possíveis ações de educação ambiental em outros programas. Como o PG-33 é um programa compensatório, que tem um teto de gasto, na versão 08 do PG-33 o processo de interface tem um orçamento de 13 milhões e 800 mil reais. Questionou a FR se tem a informação sobre o percentual já utilizado dos</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>recursos para as interfaces.</p> <p>A sra. Thaís informou que, com esse projeto, será consumido o saldo restante para o processo de interfaces, que são de 8 milhões.</p> <p>A sra. Anna registrou que são 4 milhões para cada estado durante três anos, o que consumirá o saldo restante do processo de interfaces, que tem previsão de término em 2028.</p> <p>A sra. Betinna questionou sobre as ações do Centro Agroecológico Tamanduá - CAT em Governador Valadares, que é um instituto agroecológico, se ele interage nas ações e se tem articulação com essa proposta do MST.</p> <p>O sr. Jadilson questionou sobre a base de cálculo utilizada para se chegar ao valor de 4 milhões por estado.</p> <p>Respondendo à sra. Betinna, a sra. Sônia informou que as propostas do CEFORMA no ES e do Instituto Francisca Veras em MG, são para a formação de nível médio e subsequente nos assentamentos do MST, e que não tem nenhuma articulação com o CAT de Governador Valadares.</p> <p>A sra. Thaís esclareceu que não tem como responder sobre a sobreposição de ações ambientais, que é de outra área da FR, mas na área de atuação do PG-33, não há sobreposição de ações ambientais nos três pilares que acompanha mais de perto.</p> <p>O sr. André citou a Deliberação CIF nº 343/2019, que aprovou os aditivos para os territórios do Espírito Santo e Minas Gerais, no projeto de reassentamento, com valores de cerca de 2 milhões e meio para cada estado, e mais um aditivo para o ES no valor de 1 milhão e cem mil Reais (aprovado pela Deliberação CIF nº 531/2021), e um outro aditivo para MG no valor de 1 milhão e novecentos mil Reais (aprovado pela Deliberação CIF nº 581/2022). Somando tudo, considera que o valor total já está extrapolado.</p> <p>A sra. Thaís esclareceu que existe um saldo, e considera que tenha algum valor de incidência de reajustes nesse saldo.</p> <p>A sra. Anna agradeceu a apresentação do MST, e informou que não tem como dar retorno nesse momento. Solicitou à equipe do MST que envie o material a ser lido até o dia 17/11. Propôs como encaminhamento que os membros da CT-ECLET façam a leitura do material a ser enviado para uma reunião interna, e na reunião do dia 05/12 seja dado algum encaminhamento.</p>
<p>2.3 - Apresentação, pela CT-ECLET, da NT para deliberação/CIF sobre a inclusão de Aracruz no Projeto de Formação de</p>	<p>A sra. Anna informou que enviará a minuta da Nota Técnica que inclui Barra do Riacho - Aracruz no Curso de Formação de Professores com o IFES, para conhecimento de todos e para possíveis sugestões dos membros da CT-ECLET.</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

Professores/IFES;	
2.4 - Apresentação pela FR sobre o edital lançado do Projeto de Lideranças Jovens sem apreciação pela CT-ECLET;	<p>O sr. Igor fez a apresentação do Projeto de Lideranças Jovens, do PG-33, cujos objetivos são o desenvolvimento do letramento socioambiental das juventudes, com o engajamento no processo de revitalização da bacia do Rio Doce, e o desenvolvimento territorial ambientalmente justo e adequado. Tem como premissa o desenvolvimento do protagonismo das juventudes e de sua participação ativa no processo de revitalização da bacia do Rio Doce. Fez uma síntese dos processos já realizados na primeira etapa e detalhou o escopo do projeto, que tem como público-alvo jovens de 15 a 29 anos, com duração de 13 meses, e registrou que a abertura do chamamento ocorreu no dia 27 de setembro e encerrou no dia 23 de outubro na bacia do Rio Doce/ES, e em 31 de outubro nas regiões do alto Rio Doce, calha do Rio Doce e médio Rio Doce, que são áreas de abrangência do programa. O sr. Igor informou ainda que os jovens participantes receberão um auxílio mensal no valor de R\$485,00 mensais para aqueles que tiverem 75% de frequência nas atividades previstas. Sobre a duração do curso, informou que foi feita uma alteração porque a carga horária do primeiro ciclo estava muito alta, o que causou a evasão de muitos jovens, pois a carga horária proposta para o projeto, inicialmente, dificultou a participação dos jovens em outras atividades do seu cotidiano, como trabalho e escola. Para o segundo ciclo, esclareceu que não foi feito o edital, mas um chamamento aos jovens que seguiu os mesmos critérios do chamamento anterior. A quantidade de vagas ficou distribuída da seguinte forma: 200 vagas para o Espírito Santo, Baixo Rio Doce: 324 inscritos, para o Alto Rio Doce, Calha e Médio Rio Doce 600 vagas, com um total de 2147 inscritos. A carga horária é de 300 horas de atividades formativas, sendo que tem um tempo definido para a elaboração da parte prática. Detalhou a distribuição das inscrições nos municípios e informou que são 122 mulheres e 77 homens inscritos no ES e baixo rio doce. No alto, calha e médio Rio Doce são 1374 mulheres e 773 homens inscritos, num total de 2147 de jovens inscritos. Apresentou registro fotográfico do encontro de integração que ocorreu no dia 31 de outubro com os jovens dos municípios capixabas e do baixo Rio Doce. Informou que as atividades formativas dos demais territórios estão previstas para iniciar no dia 25 de novembro, e os encontros de integração no dia 02 de dezembro de 2023 nas cidades de Mariana e Governador Valadares. Esclareceu como será feito o processo seletivo dos inscritos, que foi informado no chamamento, considerando 3 critérios de natureza socioeconômica, sendo: o tempo de escolaridade em escola pública, ter a família cadastrada no Cadastro Único - CADÚnico, e o critério por idade, atendendo aos mais velhos primeiro. Sobre as empresas contratadas, o sr. Igor esclareceu que a FR optou por contratar uma empresa para desenvolver o projeto em Minas Gerais e outra empresa para o</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

Espírito Santo, evitando assim as possíveis disparidades na execução do projeto.

O sr. André questionou sobre o número de vagas, considerando que em cada ciclo seria ofertada 1000 vagas. O sr. Igor esclareceu que ao todo são 3.000 vagas, e a distribuição das vagas foi diferente em cada ciclo.

Sobre as empresas que irão executar o projeto, o sr. André questionou como foi feito o processo de contratação da empresa PLAN no Espírito Santo e da FGPA em Minas Gerais. E qual é a origem do recurso para o pagamento das bolsas.

O sr. Igor esclareceu que a entidade FGPA é uma fundação, e com ela foi feita uma parceria por meio de termo de cooperação técnica e financeira. A contratação da PLAN foi um processo de concorrência. Sobre a origem do orçamento para pagamento de bolsas aos jovens, o sr. Igor esclareceu que no ciclo 1 foi feita uma economia, decorrente do período pandêmico, e o saldo foi incorporado novamente no orçamento do projeto.

Sobre o edital, o sr. André perguntou como foi feita a divulgação, e o sr. Igor esclareceu que foi feito presencialmente nos territórios, pois a liminar judicial proibindo divulgação da FR já estava em vigor.

A sra. Anna registrou que a CT-ECLET acompanha as ações do PG-33 por meio dos documentos mensais chamados REPORT, mas considerou que a FR poderia ter solicitado ponto de pauta em uma reunião ordinária para apresentar o planejado para o novo ciclo do Projeto de Lideranças Jovens, além do ofício enviado. Quanto à liminar do juiz impedindo a FR de fazer publicação/divulgação de suas ações, considerou que as datas não estão correspondentes ao que foi publicado sobre o Projeto de Lideranças Jovens.

O sr. André reforçou sobre a necessidade de manter o que já foi acordado anteriormente, para que seja mantido o foco dos trabalhos na educação ambiental. Questionou também sobre a possibilidade de antecipar o ciclo 3, aproveitando o interesse do público, demonstrado pelo número de jovens inscritos no ciclo 2.

A sra. Thaís esclareceu que a liminar impedindo a divulgação das ações da FR saiu no meio do processo de divulgação. Sobre a contratação das empresas, foi pensada na possibilidade de continuidade para o ciclo 3, mas considerando que caso não houvesse interesse, a contratação seria finalizada no encerramento do ciclo 2 e seria reiniciado todo o processo para o ciclo 3.

A sra. Ludmila questionou se o valor da bolsa será também aplicado no eixo 3, o que foi confirmado pela sra. Thaís, da FR.

A coordenadora Anna sugeriu dar continuidade ao ciclo 2 e adiantar o processo

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	para o ciclo 3, valorizando o interesse demonstrado pelos jovens nas inscrições do ciclo 2.
2.5 – Devolutivas, pela FR, quanto a realização do Encontro da Rede de Educadores Ambientais do Projeto Rio Doce - EREA em Colatina, sobre a perspectiva da 1ª turma de formação de aperfeiçoamento e especialização, e os próximos encaminhamentos.	<p>A sra. Anna informou que a primeira turma do projeto de Formação de Educadores, do PG-33, desenvolvido pelo IFES, teve um evento de culminância dos trabalhos apresentados pelos professores que concluíram o curso de Aperfeiçoamento, e a 1ª turma do curso de Especialização. Destacou a presença de autoridades de Colatina, Linhares, Baixo Guandu e Marilândia prestigiando o evento. Registrou que os membros da CT-ECLET que participaram do evento, foram convidados a avaliarem os trabalhos que estavam sendo apresentados, e que foram entregues trabalhos de excelente qualidade.</p> <p>A sra. Thaís informou que o projeto está seguindo o plano de trabalho, sendo que a próxima turma de Aperfeiçoamento e Especialização começam no ano que vem. O sr. Igor informou que no dia 14/11 serão lançados os cursos que os mestrandos e doutorandos produziram.</p> <p>A sra. Thaís e o sr. Igor reforçaram o convite para o evento do dia 14/11/2023.</p>
Encaminhamento: 63.2.1	A UFMG/UFOP e a FR deverão proceder à cobrança dos valores das bolsas aos professores que desistiram do curso e apresentar uma prestação de contas para a CT-ECLET.
Encaminhamento: 63.2.2	A FR dará continuidade ao ciclo 2 e adiantará o processo do ciclo 3 do Projeto de Lideranças Jovens.
Encaminhamento: 63.2.3	A FR enviará convite para o IFES apresentar os dados do Projeto de Formação de Professores na 64ª RO, em Vitória.
Encaminhamento: 63.2.4	A equipe do MST, por meio da FR, enviará o material apresentado sobre o Programa Popular de Agroecologia na Bacia do Rio Doce – MST, até o dia 17/11/2023.

3.PG-13 Programa de Qualidade de Vida e do Turismo

Pauta	Discussão
3.1– Edital Doce, Ciclo 1: a FR deverá apresentar ofício enviado às instituições devedoras das prestações de contas, como também informar as referidas instituições que já concluíram a prestação de	A sra. Giani apresentou os dados referentes à 1ª edição do Edital Doce e o plano de ação que foi executado até o momento para que os inadimplentes façam a prestação de contas. Informou que: foram enviadas notificações pela gerenciadora dos projetos; a FR enviou o ofício FR.2023.2569; a FR enviou notificações extrajudiciais; foi contratada consultoria para auxiliar os projetos inadimplentes a sanarem as pendências da prestação de contas; foram feitas tratativas diretas com a área técnica da FR para resolução de pendências. O Plano de Ação atual para

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

contas;

executar a cobrança dos inadimplentes tem 3 proposições, sendo: acionar a CT-ECLET para apoiar no contato com esses proponentes; acionar a equipe de Diálogos para localizar esses proponentes presencialmente; acionar o jurídico da FR para recomendação conforme diretrizes do Termo de Investimento assinado.

O sr. Jadilson considerou inadequado solicitar apoio da CT-ECLET para fazer contato com os proponentes devedores da prestação de contas, pois essa não é responsabilidade da câmara técnica. Registrou que as soluções 2 e 3 são da responsabilidade da FR, e que já poderiam ter sido feitas pela Fundação.

A sra. Anna partilhou que tinha a expectativa de que os relatórios já seriam apresentados hoje, com resultados mais conclusivos, de pelo menos 50% dos devedores já com os acertos feitos. Questionou sobre o orçamento para contratar consultoria para auxiliar os projetos inadimplentes a sanarem as suas pendências na prestação de contas. Questionou sobre o prazo dado para concluir esse processo.

O sr. Rodrigo comentou que é complicado para a FR ajuizar ações contra pessoas físicas nos territórios atingidos, pois são vulneráveis e muitas vezes sem usar de má fé e tendo dificuldades para entender a prestação de contas. Informou que em função do afastamento do sr. Roberto Ruggeri por motivo de saúde, acabou que o ofício foi enviado fora do prazo. Quanto aos valores e prazos, informou que existe um quadro resumo com todas as informações para que seja feita a prestação de contas.

A sra. Giani registrou que estão sendo feitos todos os esforços para evitar a judicialização. Sobre o valor da consultoria paga, esclareceu que saiu do orçamento do Edital Doce.

A sra. Evelyn registrou que é delicado justificar a morosidade de alguns processos por motivo de saúde de algum funcionário, considerando que esta não é uma justificativa para a não conclusão da prestação de contas. Entende que a demora na execução de ações efetivas pode ser um fator complicador para que o processo seja concluído. Questionou qual o prazo definido inicialmente para a conclusão da prestação de contas do ciclo 1, considerando que ele já deve ter sido extrapolado, e questionou qual o prazo final para concluir esse processo.

A sra. Betinna reforçou o que foi dito pela sra. Evelyn, e que é preciso ser firme e rigoroso na cobrança do que está definido no edital e do que está pactuado para não virar bagunça e ficar fora de controle.

O sr. Luiz questionou o sr. Rodrigo sobre o prazo informado no ofício para a prestação de contas. O sr. Rodrigo informou que está aguardando a informação, pois não participou desses encaminhamentos. A sra. Giani informou que, segundo orientação da sra. Érika, os prazos foram pactuados e repactuados, e que agora o que não for cumprido será judicializado.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>A sra. Anna registrou que a solicitação da CT foi apresentada no início de outubro, sendo que a Fundação só iniciou as cobranças aos proponentes em início de novembro. Reforçou que os problemas com os editais, na FR, são recorrentes, o que vêm desgastando a CT-ECLET, e que são mais de dois anos que esse edital foi publicado e que as cobranças estão sendo feitas.</p> <p>A sra. Natália esclareceu que ela se manifestou na Reunião Ordinária de junho, quando informou que estão sendo verificados os processos remanescentes que estão pendentes de prestação de contas no Edital Doce, mas a limitação está relacionada à questão colocada pela FR sobre as dificuldades com os inadimplentes.</p> <p>A sra. Giani esclareceu que o número de inadimplentes foi reduzido com as cobranças da FR ao longo do tempo, tanto que o número atual é bem menor do que o quantitativo anterior.</p> <p>A sra. Anna questionou sobre a participação de proponentes que não prestaram contas nos novos editais. A sra. Giani esclareceu que isso está previsto no edital, mas se o proponente está inadimplente ele não pode participar de um novo edital e pleitear um novo recurso. A sra. Natália informou que essa situação foi verificada pela auditoria e consta no relatório do Edital Doce, ciclo 3.</p> <p>A sra. Evelyn informou que o site da FR é complexo e não facilita a transparência e a agilidade para obter acesso aos documentos e às informações, especialmente para o público em geral.</p> <p>Como encaminhamento, a sra. Anna informou que a FR deverá apresentar uma resposta mais positiva e detalhada na reunião do dia 5 de dezembro.</p>
<p>3.2 - Edital Doce, Ciclo 3: apresentação, pela CT-ECLET, do e-mail recebido por Povoação/Linhares, em repúdio à aprovação dos projetos vencedores.</p>	<p>A Sra. Anna registrou que na reunião ordinária ocorrida em junho, na cidade de Mariana, a FR se manifestou informando sobre o lançamento do Edital Doce, ciclo 3, sendo que havia ficado combinado entre a CT -ECLET e a FR que o edital passaria pela CT antes da sua publicação para alinhar pontos críticos, o que não aconteceu. Registrou sobre os problemas que surgiram no Edital Doce ciclo 1 e ciclo 2, inclusive sobre o encaminhamento solicitando a auditoria externa para auditar o Edital Doce, ciclo 2.</p> <p>A sra. Anna abriu a palavra para manifestação dos membros, que registraram sobre as dificuldades encontradas nos territórios com a insatisfação dos atingidos, reclamações de diversas origens, inclusive com proponentes que não foram contemplados na seleção de seus projetos.</p> <p>A sra. Betinna se manifestou sobre os problemas que vêm ocorrendo nos territórios e estão se repetindo desde o lançamento do ciclo 1 e que estão desgastando a câmara técnica porque o Edital Doce precisa atender os atingidos por meio do desenvolvimento do turismo e outras ações nos territórios.</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

O sr. Roque lembrou que o edital não está contemplando outras áreas, como o esporte e o meio ambiente.

Vários depoimentos de membros da CT-ECLET que estão acompanhando o Edital Doce nos territórios apontam para as inconsistências existentes no edital e sobre a necessidade de ser revisto todo o processo, desde a sua publicação até a divulgação dos resultados para os proponentes e projetos selecionados, pois são muitas as denúncias de irregularidades.

A sra. Anna fez a leitura do ofício enviado por um representante da comunidade de Povoação, Linhares, em repúdio ao Edital Doce, Ciclo 3, em relação aos resultados da seleção dos projetos e dos proponentes. Solicitou à FR para se manifestar em relação ao ofício.

A sra. Giani registrou que esse ofício chegou também para a FR, e foi apresentado para a gerência da área, assim como as diversas críticas que chegaram através do depoimento de membros, atingidos e outros atores. Registrou que reconhece que esse projeto não foi devidamente discutido com a CT-ECLET, o que gerou muitos conflitos. Considera que o edital já foi lançado e o resultado já publicado, e o que pode ser feito é discutir os critérios de suplência, que ainda não foi chamada, e nenhuma parceria foi estabelecida, como também ouvir as propostas da CT-ECLET para reparar essa situação.

A sra. Natália mencionou que foi concluída no mês passado a avaliação do ciclo 2 do Edital Doce, até a etapa de seleção das propostas, e emitido o relatório a pedido da CT-ECLET e do CIF, conforme a Deliberação nº 653/2023. Agora está sendo executada, paralelamente, a verificação da 3ª edição do Edital Doce no âmbito do ciclo 3 de acompanhamento do PG-13, que não é uma demanda específica da CT, mas verificações das ações do programa como um todo. Assim, está sendo verificada a 2ª edição, tanto do que já foi apresentado no relatório emitido em outubro de 2023, como também a execução dos projetos, repasses e prestação de contas, além da verificação do encerramento dos projetos da 1ª edição que não foram avaliados pela EY em ciclos anteriores. Informou que foi previsto um procedimento para avaliação da 3ª edição até o nível das inscrições, mas diante das situações que vêm ocorrendo em relação à 3ª edição, a EY informou à FR sobre a inclusão de procedimentos adicionais para verificação. Informou que será publicado o relatório contendo a avaliação das 3 edições do Edital Doce, previsto para ser entregue em fevereiro de 2024. Esclareceu que no relatório da 2ª edição foi apontado que os critérios de avaliação são subjetivos, e foi considerada a nota atribuída pelo fornecedor contratado para essa finalidade, e verificaram se as classificações estavam de acordo com o que foi definido para cada município na minuta das 3 modalidades do edital.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

O sr. Dr. Kleverson contribuiu dizendo que juridicamente, se foi identificado algum problema na 2ª edição, que não poderia ter sido publicada a 3ª edição.

O sr. Jadilson questionou se foi indicado na deliberação o período para execução de cada edição, definindo um cronograma/período para execução de todas as ações previstas em cada edição.

A sra. Betinna registrou que no seu território está ocorrendo uma situação muito séria, que diz respeito a projetos que foram avaliados e aprovados por pessoas com parentesco próximo a quem está recebendo recurso.

O sr. Gustavo registrou que ontem, em um evento que ocorre semanalmente em Mariana, um morador de Mariana o procurou e apresentou documentos sobre uma situação de um projeto aprovado com um CNPJ com menos de dois anos, e concorrendo em município não atingido. Esclareceu que esse morador que o procurou ontem, não sabia que ele é membro da CT-ECLET.

O sr. Rodrigo solicitou que os membros que tiverem evidências das fraudes ocorridas, que possam apresentar de forma documental para respaldar possíveis desdobramentos, por meio do canal confidencial.

A coordenadora Anna esclareceu que os depoimentos dos membros na reunião ordinária já é uma denúncia em si, que precisa ser entendida como fé pública, pois cabe à câmara técnica acompanhar e fiscalizar os projetos sob a responsabilidade da CT-ECLET.

A sra. Evelyn destacou que não houve projetos selecionados na área dos esportes, e considera que deveriam ter sido definidas as cotas mínimas para cada modalidade no edital, e que é possível evitar ou minimizar as subjetividades do edital para evitar interpretações equivocadas do documento.

O sr. Luiz, considerando os depoimentos de todos que contribuíram com essa reflexão, entende que o Edital Doce, Ciclo 3, deve ser suspenso. Solicitou à FR partilhar com a câmara técnica a documentação relacionada ao ciclo 3 do Edital Doce.

A sra. Anna colocou em votação se o Edital Doce Ciclo 3 será suspenso até fevereiro, mantendo o que está aprovado até hoje, a partir do relatório da EY. Ou se é melhor cancelar o edital Doce, ciclo 3, e a partir daí, reunir com a FR para elaborar um novo edital.

O sr. Rodrigo registrou que a CT-ECLET é soberana e a FR irá acatar o que ficar definido. Contudo, considerou que há um processo de auditoria que não foi concluído, sob a responsabilidade de uma empresa de auditoria que é reconhecida mundialmente, e ponderou sobre a possibilidade de montar uma agenda com a

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>CT-ECLET para tentar minimizar os erros do edital, evitando o cancelamento que traz um prejuízo maior.</p> <p>A sra. Anna considerou que em junho foi informado para a FR que o edital não poderia ter sido publicado sem a construção do mesmo junto com a CT-ECLET, e a FR não procurou a câmara técnica para dialogar sobre o Edital Doce. Colocou em votação sobre o cancelamento ou suspensão do Edital Doce, 3ª edição.</p> <p>O sr. Roque manifestou sua aprovação pelo cancelamento, mas registrou que como servidor da prefeitura de Linhares, juntamente com a FR, tentou dialogar com representantes das áreas do esporte e da cultura nos territórios, mas foi impedido de adentrar nas comunidades para realizar esse diálogo.</p> <p>Após consultar todos os membros presentes, ficou definido por unanimidade que o mais adequado será o cancelamento do Edital Doce, 3ª edição.</p>
<p>3.3 – Devolutivas, pela FR, quanto ao andamento do Fortalecimento das Organizações Locais – FOL, quanto à sobreposição do PG-18, da CT-EI.</p>	<p>A sra. Anna registrou sobre a interface do Fortalecimento das Organizações Locais com o Programa 18, da Economia e Inovação, e mencionou que foram realizadas duas reuniões intercâmaras para tratar do tema, mas que não houve continuidade desse debate. Registrou que a CT percebeu que está ocorrendo sobreposição de ações da equipe da FR nos territórios, gerando conflito nas comunidades, o que chegou ao conhecimento da CT-ECLET. Informou que está solicitando uma nova reunião intercâmaras com a Economia e Inovação para resolver essa pendência.</p> <p>A sra. Betinna contextualizou a situação informando que é preciso ordenar o território para o turismo antes de trabalhar a inovação, e está acontecendo um projeto de economia e inovação com experiências turísticas sem estar alinhado com o poder público. Lembrou que é preciso trabalhar várias frentes do turismo, mas é preciso ter a estrutura paralela que é o poder público, e que as tradições precisam ser preservadas, mesmo que haja diversificação das atividades. Sobre o artesanato, as tradições também não estão sendo devidamente valorizadas com as artesãs, e são questões que precisam ser debatidas na CT.</p> <p>O sr. Roque lembrou da reunião intercâmaras que tratou sobre essa questão, quando foi definido o que é próprio de cada câmara técnica. Registrou que as ações para definição de roteiros turísticos, destinos turísticos, sinalização dentre outras ações são do Programa de Qualidade de Vida e do Turismo, mas infelizmente essa situação está ocorrendo e é preciso definir o que é próprio de cada CT, e entender o que a FR pensa sobre esse assunto. Ressaltou que o município é responsável pelas políticas públicas, alinhada com a legislação estadual e federal, e essa é uma condição que precisa ser considerada na execução dos projetos.</p> <p>A sra. Giani registrou que não sabe se a equipe do Programa vai conseguir</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>responder a esta questão, porque a problemática não é sobre a sobreposição do FOL, mas sim a sobreposição com a área do turismo, do PG-13, que está sendo discutido e construído aqui. Informou que participou da 1ª reunião intercâmaras em maio, quando ela estava chegando no projeto, e registrou que foi apresentada a proposta dos projetos de promoção dos destinos turísticos, que não foi conclusiva e não houve encaminhamentos na ocasião. Logo depois ocorreu a substituição da coordenação do PG-13 na FR, e o novo coordenador optou por não prosseguir com essa proposta de interface, pois pretende apresentar uma nova sugestão para a promoção dos destinos turísticos. Sugeriu que irá levar esse debate para a equipe interna da FR. Informou também que irá providenciar um relatório com toda a documentação do Edital Doce, ciclo 1, inclusive com a cópia do ofício que foi enviado aos proponentes.</p> <p>A sra. Anna informou que está aguardando a resposta da CT-EI sobre a disponibilidade para uma reunião intercâmaras no dia 04/12. Não podendo ser realizada essa reunião, a CT pensará numa outra data para viabilizar esse diálogo com a CT-EI.</p> <p>Ficou confirmada a reunião intercâmaras para o dia 04 de dezembro, às 14 horas, em Vitória – ES.</p>
<p>3.4 – Devolutivas, da FR, sobre os planos de trabalho do turismo para os municípios polos e o repasse de recursos pelo CONTUR.</p>	<p>A sra. Betinna registrou sobre a construção coletiva do Plano de Trabalho do Turismo, elaborado de forma colaborativa entre o GT-13 e a FR, no dia 08 de novembro. Procedeu à leitura do documento que será arquivado na pasta do PG-13 e ficará disponível para os membros da CT-ECLET e FR.</p> <p>Após a leitura do documento, a sra. Giani solicitou retirar do penúltimo parágrafo a definição dos semestres, pois irá depender da liberação, pelo juiz, da punição aplicada à FR proibindo a divulgação e publicidade dos seus eventos e trabalhos realizados, o que foi alterado.</p> <p>O sr. Luiz solicitou esclarecimento sobre a proibição da FR fazer promoção/divulgação das suas ações, pois no seu entendimento, essa questão de ter registrado no Plano de Trabalho do Turismo, não é para promover ou divulgar a FR, mas para concretizar o trabalho da Fundação para promover o destino turístico do PG-13.</p> <p>Após debate, ficou definido pela retirada da indicação dos semestres de 2024 do Plano de Trabalho do Turismo.</p> <p>Houve um debate sobre a elaboração e/ou partilha da Requisição Técnica – RT com a CT-ECLET, e esse ponto ficou como dissenso em relação à elaboração da RT, pois a FR considera que a RT precisa ser feita pela própria Fundação. Foi esclarecido que a solicitação da CT-ECLET é para uma construção partilhada da</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

	<p>requisição técnica entre FR e CT-ECLET antes da sua publicação.</p> <p>Também ficou definido que o texto da metodologia do Plano de Trabalho será mantido para não travar o processo de encaminhamento da Nota Técnica ao CIF.</p> <p>A sra. Betinna fez a leitura da Nota Técnica 57/2023, solicitando alteração do escopo de promoção do destino turístico, a ser encaminhada ao CIF para a reunião de dezembro.</p> <p>Houve um debate sobre a retirada na Nota Técnica do item referente à conclusão da cláusula 104, alínea c. Em decorrência do debate, a redação do item foi alterada, pois o documento que irá certificar que a cláusula foi cumprida pela FR, deverá ser feito em outro formato e em outro momento.</p> <p>A sr. Anna informou que essa Nota Técnica será encaminhada para ponto de pauta na próxima Reunião Ordinária do CIF.</p>
<p>3.5 - Devolutivas, pela FR, quanto à entrega final aos municípios do Projeto de Incentivo à Leitura, em especial o município de Aimorés.</p>	<p>A sra. Giani apresentou o status do Projeto de Incentivo à Leitura, informando que apenas o município de Aimorés ainda não recebeu os materiais, em decorrência de problemas com o espaço físico. Atualmente o material está aguardando a nota fiscal para o transporte dos materiais e equipamentos.</p> <p>A sra. Anna questionou se o espaço físico já está liberado, e a sra. Giani informou que ainda não, mas que o secretário de Desenvolvimento de Aimorés informou que será entregue em o local provisório, e que a PM de Aimorés fará o transporte futuro para o espaço definitivo da biblioteca.</p> <p>A sra. Anna solicitou muita atenção na entrega dos materiais, conferindo todo o material recebido, pois esses materiais serão transportados novamente para o local definitivo onde será a biblioteca, mas sob a responsabilidade da prefeitura de Aimorés. Em caso de avaria nesse transporte, a prefeitura não poderá questionar ou cobrar da FR.</p> <p>A sra. Giani apresentou a relação das bibliotecas que já receberam parcialmente os materiais do projeto e as que já tem as entregas concluídas. Solicitou o apoio da CT-ECLET para resolver os problemas de Baixo Guandu em relação à TV, e em Caratinga. A sra. Anna informou que a CT-ECLET fará uma busca ativa nessas duas localidades para ver como os problemas nessas localidades podem ser resolvidos.</p> <p>A sra. Giani detalhou sobre o status das entregas dos materiais e equipamentos nos municípios de Minas Gerais e no Espírito Santo.</p> <p>Sobre o edital de Boas Práticas, a sra. Giani informou que encerra hoje as inscrições para o projeto, e que são poucos os inscritos pela dificuldade de escrever projetos. Informou que a entrega do prêmio está prevista para acontecer no dia 30/11, em Mariana.</p>

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

Encaminhamento:63.3.5	A FR deverá apresentar uma resposta mais detalhada sobre a prestação de contas dos proponentes inadimplentes do Edital Doce, Ciclo 1, na reunião do dia 5 de dezembro, em Vitória.
Encaminhamento: 63.3.6	A CT_ECLET enviará Nota Técnica apresentando a alteração do escopo do projeto do destino turístico na próxima reunião do CIF, em dezembro.
Encaminhamento: 63.3.7	A CT-ECLET enviará Nota Técnica ao CIF sobre as 3 edições do Edital Doce.

Encerramento:	A reunião foi encerrada às 18h 4min.
----------------------	--------------------------------------